

## ALGUNS ASPECTOS DE LORENA NO OCASO DO IMPÉRIO.

### ASPECTOS DA CIDADE.

A cidade que iniciou a década dos 80 e que assistiria o nascimento da República, não diferia, em seu perímetro urbano, daquela que, em 1851, batizou oficialmente suas ruas (1). Seu limite, para a cobrança do impôsto de muro, ainda se iniciava na ponte do Paraíba, próxima à Matriz, seguia pela rua da Ponte (atual 21 de Abril), até o Largo do Mercado, de onde, por uma rua projetada, alcançava o Engenho Central e pela estação da ferrovia atingia a rua Dr. Rodrigues de Azevedo, indo ao Largo da Figueira, descendo pela rua Princesa Imperial (atual D. Bosco) até a do Cel. José Vicente, pela qual seguia até a rua das Flôres, para ganhar a da Viscondessa de Castro Lima, até o Largo da Matriz e pela do Major Bráulio retornar à Ponte (2). Naturalmente, dentro dêste perímetro, o número e a qualidade das construções devia ser bem superior ao de 1851 mas o espaço urbano continuava sendo rigorosamente o mesmo.

Realmente, nestes trinta anos houve grande aumento da população. De 1851, não temos dados. Mas o recenseamento de 1872 deu a todo município 8.662 habitantes (3), enquanto o de 1890 registrou a presença de 13.532 almas, isto é, em 18 anos (que na verdade são 22, pois o primeiro censo foi realizado no município em 1868) a população aumentou de 4.870 pessoas, correspondendo a um incremento de 56,2%, apesar dos desmembramentos de Piquete e de Santo Antônio da Bocaina (atual Cachoeira Paulista). Na cidade deveriam residir cêrca de 2.000 moradores, em uns 360 prédios (4).

(1). — Ata de 20-12-1851. Tôdas as atas e officios são da Câmara Municipal de Lorena.

(2). — Atas de 29-7-1884 e 22-4-1887.

(3). — Olímpio Catão e Jerônimo Lorena, Almanak da Comarca de Lorena para 1882, Tipografia Gazeta de Lorena, 1882.

(4). — Officio de 2-10-1887.

A cidade, por isto mesmo, nos seus aspectos exteriores sofreu algumas alterações. A primeira preocupação que se percebe dos vereadores da época relacionava-se com o seu embelezamento.

Tentava-se corrigir os defeitos do seu traçado de cidade natural, que crescera sem rigor de plano, embora não muito distante do traçado de xadrez, pela topografia favorável.

Era preciso, porém, regularizar o alinhamento de algumas ruas e praças, muito defeituosas, tais como, o Largo do Mercado, a que se procurava dar forma de paralelogramo (5), ou a Rua Marquês do Herval, até a chaminé do Engenho. Em outras, a Câmara teve de adotar medidas extremas, como as desapropriações, que se fizeram na Rua 9 de Janeiro, de casas e terrenos (6), as primeiras em ruínas e os segundos necessitando de aterros (7). E' curioso notar que enquanto alguns proprietários reagiam, obrigando a Municipalidade a propor compra, com pagamento em três anos, desde que os juros não fôsem superiores a 10% ao ano, como D. Angelina Moreira de Azevedo (8), outros, como o Major Bráulio Moreira de Castro Lima, seu irmão, doavam a importância de 500\$000, para ajudar o pagamento da compra, recebendo um voto de louvor, pois a oferta viria a

“concorrer para o melhoramento e embelezamento d'esta cidade” (9),

como se disse no ofício de agradecimento.

Aliás, aformoseamento, embelezamento, melhoramento, são as palavras mais encontradiças nos ofícios e atas desse período. Empregou-as o Major Bráulio Moreira, ao doar o meio conto de réis, como o Barão de Moreira Lima, ao agradecer a denominação de seu nome dada à nova praça que se abria em frente à Santa Casa, ocasião em que fêz doação de terreno no Largo do Rosário (10), como também o Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo Ferreira, ao doar terreno no Largo da Matriz (11). Era a preocupação de todos os moradores tornar a cidade formosa. Por isto, mal concluída a igreja de São Benedito (12), construída por doações vultosas, foi pe-

(5). — Ofício de 26-12-1883.

(6). — Ofício de 6-7-1881.

(7). — Ofício de 23-11-1883.

(8). — Ofício de 23-11-1883.

(9). — Ofício de 23-11-1883.

(10). — Ata de 2-1-1884.

(11). — Ata de 23-2-1884.

(12). — Gama Rodrigues, *Gens Lorenensis*, 1a. ed., 1956, pág. 106.

didado o concurso gracioso de um engenheiro para as obras da praça e ruas, que se projetava abrir, contíguas ao nôvo templo. Aos fazendeiros foi solicitado o fornecimento de escravos para o serviço e aos proprietários de carroças que colocassem seus veículos à disposição para o movimento de terra (13).

E' a época em que as primeiras palmeiras imperiais são plantadas, inicialmente na rua da Viscondessa de Castro Lima e posteriormente no Largo da Matriz, no Largo Imperial (14) e finalmente na nova Praça de São Benedito, para as quais foram doados 100\$000 (15) e se pediu ao então Ministro da Agricultura, Conselheiro Afonso Pena, a

“graça de conceder pela via férrea de D. Pedro 2.º transporte gratuito do Rio de Janeiro até a Cachoeira” (16).

A tais medidas de embelezamento correspondiam outras, mais práticas, de manter o leito carroçável das ruas, principalmente no período das chuvas, colocando pedregulho, tal como se fêz na Praça de São Benedito (17), no Largo Imperial (18), na Rua de Santa Cruz (19), na Travessa da Viscondessa de Castro Lima (20) e na Rua Hepacaré (21), ou de limpeza, ora das sarjetas, ora do mato, como nos largos Imperial, do Rosário e do Mercado (22).

Em outubro de 1886, coincidindo com a visita do Imperador, o Engenho solicitou autorização à Câmara para construir uma linha de bondes a tração animal ou a vapor, pelas ruas da cidade. A Câmara, cautelosamente, autorizou somente a tração animal, com os trilhos

“afastando-se o mais possível do centro das ruas, mantendo-as apedregulhadas, não prejudicando o trânsito público e tomando medidas convenientes para evitar desastres” (23).

A linha foi inaugurada a 18 de outubro de 1886 e foi

- 
- (13). — Ata de 26-12-1883.
  - (14). — Atas de 1-1-1884, 22-3-1884, 16-8-1886.
  - (15). — Officio de 26-12-1883.
  - (16). — Officio de 26-12-1883.
  - (17). — Ata de 2-1-1884.
  - (18). — Ata de 31-12-1884.
  - (19). — Ata de 6-12-1884.
  - (20). — Ata de 22-12-1884.
  - (21). — Ata de 30-1-1885.
  - (22). — Atas de 23-2-1884, 31-2-1884, 7-12-1885 e 15-12-1886.
  - (23). — Ata de 5-10-1886.

“um dos números de maior sucesso nas festas grandiosas com que Lorena acolheu o grande Monarca e sua illustre consorte” (24).

Linha de bondes, sobradões imponentes, com vistosos jardins, ruas alinhadas e pedregulhadas, com passeios construídos de pedra artificial e enfeitadas de palmeiras imperiais, apitos triunfais de máquinas a vapor por tôda a parte — dos trens da Estrada de Ferro São Paulo e Rio, das locomotivas, dos vapores fluviais e da chaminé do engenho — a cidade parecia estuar de vida e por isso o **Almanach da Província de São Paulo para o anno bisexto de 1884**, editado na Capital, por Francisco Xavier de Assis Moura, a ela se refere do seguinte modo:

“A Cidade de Lorena foi com justiça denominada a Princesa da margem do Paraíba. Na Província de São Paulo não há cidade melhor colocada e de melhor clima que Lorena. Lorena há três anos mais ou menos, tem melhorado consideravelmente, sendo atualmente uma das mais importantes cidades do interior” (25).

Naturalmente, havia exagêro no elogio. Mas que a cidade estava passando pelo seu último período de esplendor, não resta a menor dúvida, pois como em tôda época de prosperidade, só agora se refletiam no quadro urbano, retardadamente, os lucros provenientes do café, que, entretanto, já apresentava os primeiros sinais agônicos. Todavia, êste ano de 1884 foi efetivamente um ano festivo, pois além da inauguração solene da igreja de São Benedito, a 14 de fevereiro, a 4 de outubro foi a do Engenho Central e um mês depois recebeu a segunda visita da Princesa Imperial, espôso e filhos, acendendo-se luminárias nas residências (26). Sua Alteza manifestou-se

“surprêsa ante a elegância e o fausto da instalação da residência dos Moreira Lima, de cujos terraços apreciou com encanto a paisagem da Mantiqueira, ao entardecer, presidiu a lauto banquete e foi homenageada, à noite, com um sarau musical promovido por membros da família illustre” (27).

---

(24). — Gama Rodrigues, *O Conde de Moreira Lima*, São Paulo, 1942, pág. 95.

(25). — Francisco Ignacio Xavier de Assis Moura, *Almanach da Província de São Paulo para o anno bisexto de 1884*, ed. J. Seckler, São Paulo, 1883, pág. 446.

(26). — Ata de 31-10-1884.

(27). — Gama Rodrigues, *Gens Lorenensis*, cit., pág. 107.

A vida comercial era intensa, com 50 negociantes, 91 artífices e 15 profissionais liberais. O centro comercial, que em meados do século se localizava no início da Rua do Comércio (atual D. Bosco), nas proximidades do Largo da Câmara e na Rua Hepacaré, deslocava-se progressivamente para a antiga Rua Municipal (atual Dr. Rodrigues de Azevedo, que então já tinha êste nome), nas vizinhanças da estação ferroviária, direção que era também a da saída da estrada da Côrte. Seria um comércio absorvente, exigindo tempo integral dos comerciantes, que, visando ganhar algumas horas de lazer, solicitaram à Câmara o seu fechamento obrigatório às 10 horas da noite! (28).

A cidade dispunha de duas tipografias, onde eram impressos os jornais “A Gazeta de Lorena” e o “Himalaia” (29), que deram lugar ao “O Semanário”, “O Progresso de Lorena”, “Tribuna de Lorena”, “Juventude”, “O Patriarca” e o “O Echo Municipal” (30). Havia um colégio, “O Lyceu Lorenense”, instalado na chácara do Cel. José Vicente de Azevedo (31) e nove escolas primárias, com 313 alunos matriculados, além de professores particulares, como o futuramente famoso Eduardo Carlos Pereira, que tinha seis alunos. Em 1881, fundou-se o “Clube Polymathico”, sociedade literária e científica, que chegou a manter uma escola primária gratuita, noturna, para adultos e escravos, que, entretanto, já não existia em 1884, pois dêle não faz referência Assis Moura em seu Almanaque, que menciona, contudo, outras três agremiações: a “Sociedade de Beneficência e Artes”, a “Sociedade de Dança União Familiar” e a “Sociedade de Dança Recreio Familiar”. A “Orfelina Lorenense” e a “Princesa Imperial” eram as duas bandas de música (32).

Em tôdas estas manifestações sente-se a pujança da vida urbana, que dirigia, praticamente, a política de seu distrito eleitoral — o 3.º — abrangendo Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Aparecida, Lorena, Santo Antônio da Bocaina, Cruzeiro, Pinheiros, Queluz, Sapé, Silveiras, Areias, Barreiro e Bananal, elegendo sempre um de seus filhos para a Assembléa Provincial — o Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo Ferreira, o Dr. Pedro Vicente de Azevedo, o Dr. Teófilo José Antunes Braga e o Dr. José Vicente de Azevedo. Em 1888, o Dr. Pedro Vicen-

---

(28). — Ata de 1-3-1887.

(29). — Olímpio Catão, *op. cit.*, pág. 25.

(30). — Ata de 8-3-1887.

(31). — Gama Rodrigues, *Gens Lorenensis*, pág. 110.

(32). — F. I. X. Assis Moura, *op. cit.*, pág. 450.

te de Azevedo era o próprio Presidente da Província, depois de ter presidido a Província do Pará, a de Minas Gerais e a de Pernambuco, sendo o Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo Ferreira um dos Vice-Presidentes. Não fôsse a República ter desorganizado a verdadeira heirarquia de administradores experimentados que o Império lentamente formara, teríamos tido, forçosamente, mais de um lorenense em posição de grande relêvo na vida política do país.

\*

### PROBLEMAS URBANOS.

Não se suponha, porém, que a cidade não tivesse problemas. Tinha-os, e muitos, como o de água potável, o da iluminação pública, o do mercado, o da varíola, ao lado de outros, mais amplos, regionais, como a crise da lavoura e a questão servil.

O da água potável apesar de não resolvido dentro do período que nos está interessando, foi bem encaminhado. Em outro trabalho, mostramos (33) que a cidade se abastecia numa biquinha próxima à ponte do Paraíba, num rêgo d'água que atravessava o centro urbano e foram iniciadas as obras de um chafariz, que seria localizado no Largo Imperial e que acabou sendo demolido, sem entrar em uso, em março de 1888 (34). Em abril de 1884, também o rêgo d'água foi condenado pela Comissão de Salubridade Pública da Câmara (35) e acabou sendo extinto três meses depois (36). A água continuava, assim, um problema difícil, numa cidade cujo orçamento anual oscilava entre 12 e 16 contos, de 1881 a 1887, comprometido em mais de 50% com o pagamento do pessoal municipal (37) e sem meios, portanto, para obras vultosas.

A primeira solução que se vislumbrou foi apelar para o Presidente da Província, solicitando um auxílio de 10 contos, o que se fêz em 1881, sem resultado imediato satisfatório (38). Em julho de 1883, o Govêrno da Província aprovou, por outra solicitação, da Câmara, a criação de

(33). — J. G. Evangelista, *Alguns aspectos de Lorena aos meados do século XIX*, in "Revista de História", n.º 54, págs. 423-443.

(34). — Ata de 17-3-188.

(35). — Ata de 1-4-1884.

(36). — Ata de 1-7-1884.

(37). — Os orçamentos foram: 15 contos em 1882, 12 em 1883, 14 de 1884 a 1886 e 21:742\$422 em 1887.

(38). — Offício de 2-6-1881.

“um impôsto de 2\$000 anuais sôbre todos os indivíduos do sexo masculino, livres, maiores de 21 anos, residentes dentro dos limites do município, que não fôsem reconhecidamente pobres ou mentecaptos, ou não estivessem interdictados judicialmente, cobrado até 10 de março de 1887 e aplicado em: 1.º — a canalização da água potável para abastecimento da cidade; 2.º — a iluminação pública; 3.º — a conclusão das obras do mercado”.

Os serviços deviam ser executados integralmente pela ordem da enumeração (39). Em 1888, a arrecadação de tal impôsto de capitação foi prevista em 4 contos de réis.

Com o recebimento anual dêste impôsto, mais uma subvenção provincial de 12 contos, a Câmara tentou, em vão, contratar dois engenheiros para orçar as obras, a fim de abrir concorrência (40), razão pela qual solicitou os trabalhos de um engenheiro de obras públicas, para o levantamento dos mananciais necessários e fazer os estudos preliminares. A partir dêste ponto, nada mais encontramos nos officios e atas do período, a não ser um agradecimento ao major Francisco de Assis de Oliveira Borges, em outubro de 1884, pela doação de 500\$000, para as obras do abastecimento (41). Sabemos, todavia, que sômente na gestão do Dr. Arnolfo de Azevedo, em 1892, a cidade viu concluído êste melhoramento (42).

A iluminação pública beneficiou-se, mais que o abastecimento de água, do impôsto de capitação. Antes, em fevereiro de 1865, o então Cel. Castro Lima adquiriu na Côrte 24 lâmpões de azeite e mandou fazer sua instalação. O serviço custeado, a princípio, por donativos mensais, passou depois, a ser mantido por um impôsto provincial de portas e janelas. Em 1884, tal serviço público ficava em 1\$000 por lâmpião, por mês (43). Como a iluminação era deficientíssima, os moradores eram convidados a iluminar as frentes de suas residências nas noites festivas. Os únicos locais melhor iluminados eram a igreja de São Benedito e a casa do Conde de Moreira Lima, graças aos gasômetros que existiam em ambas (44).

Em 1886, a Câmara adquiriu lâmpões belgas, chamados “elétricos”, instalados nas ruas principais e que foram inaugu-

---

(39). — Officio de 4-7-1883.

(40). — Officios de 31-3-1884 e 29-7-1884.

(41). — Officio de 31-10-1884.

(42). — Faustino César, *Resenha Histórica de Lorena*, 1928, pág. 15.

(43). — Ata de 5-12-1884.

(44). — Gama Rodrigues, *Gens Lorenensis*, cit., pág. 108.

rados a 7 de setembro daquele ano (45). Só neste século, em 1902, foi modificado o sistema, com a introdução de lâmpões a álcool e 10 anos depois, com a eletricidade.

Já com o Mercado, outro beneficiário do impôsto de capitação, as obras tiveram um andamento mais rápido, apesar das dificuldades iniciais. Em 27 de fevereiro de 1884, o deputado Dr. José Vicente de Azevedo comunicou à Câmara ter apresentado à Assembléia Provincial projeto de lei concedendo um auxílio de 7 contos de réis, para a sua conclusão.

A obra foi executada pela Província, que designou a princípio uma Comissão de pessoas gradas da cidade, para administrá-la. Parece que tal comissão local não teve maior interesse e quando dela se demitiu o então Visconde de Moreira Lima e a Câmara indicou o nome do Comendador Bráulio Moreira para a vaga, o Presidente da Província recusou a indicação e comunicou que ia colocar a obra em concorrência pública. Tanto bastou para que a Câmara se levantasse altaneira, sentindo-se melindrada e encaminhando ao Presidente da Província um officio de desagrado, que em certo ponto dizia:

“o fato dêsse serviço ir a concurso, tendo V. Excia. antes encarregado a uma Comissão, é sem dúvida vexatório a esta Corporação (a Câmara), por quanto se aquella Comissão não desempenhou de pronto o que lhe fôra incumbido, não faltam outras pessoas nos casos de ser substituídas e que muito se interessam pelo melhoramento daquele serviço”.

E diz sem rebugos o que precisava ser dito:

“Se estas obras fôrem feitas como outras neste município, muito temos a lamentar, como por exemplo diversos pontilhões e pontes na estrada do Piquete feitos com madeira branca de pouca duração; e como êstes serão feitos outros serviços por administração da Província” (46).

Também a varíola continuou a ser uma preocupação constante e pelo menos uma epidemia ocorreu em fins de 1883. Devidamente autorizada pelo Presidente da Província, a Câmara abriu um hospital de emergência para a população pobre — o Lazareto — que, fechado a 12 de dezembro, reabriu-se em janeiro de 1884, indo até abril, pela recrudescência do mal. As despesas com o médico contratado, enfermeiro, cozinheiro,

(45). — Atas de 5-7-1886 e 16-9-1886.

(46). — Officio sem data (março de 1885).



gêneros alimentícios, móveis, roupas, animal para a carroça que transportou os doentes e mortos subiram a 1:197\$780, que a Câmara lutou para receber da Província. A segunda fase, de janeiro a abril, não parece ter sido muito grave, pois somente oito doentes estiveram internados no Lazareto (47).

Não sabemos se foi aberto um novo cemitério somente para os variolosos. Talvez não fôsse preciso, pois a cidade já dispunha de quatro, sendo o de São Miguel, público, às vezes chamado de Municipal, o de São Benedito ou da Irmandade do Rosário, para os escravos e dois para os mortos de outras religiões, que não a católica (48). No de São Miguel só foram terminados os muros em 1883 (49) e no de São Benedito, separando o do dos Protestantes, em julho de 1885 (50).

A visão destes problemas urbanos não nos deve esquecer, porém, que Lorena era a “Princesa do Paraíba”, que começava a ajardinar sua ampla praça (51), que continuava as obras de sua majestosa Matriz, que possuía cinco titulares do Império (um conde, uma viscondessa e três barões), além de numerosos portadores de comendas, que, por um de seus filhos, governava a Província de São Paulo, como já governara outras, que se ligava facilmente com o Rio de Janeiro e com São Paulo, por estrada de ferro e continuava a manter contacto com o sul de Minas Gerais (52), que era a cidade mãe de Santo Antônio da Bocaina e do Piquete, como pequena capital de sua subregião, que era enfim considerada como uma das mais importantes da terra de São Paulo.

\*

## A CRISE DA LAVOURA E A QUESTÃO SERVIL.

Entretanto, um vulcão rugia sob seus pés, representado pela explosiva questão do elemento servil e pelo esgotamento cada vez mais rápido de seu solo, claramente demonstrado pela progressiva queda de sua maior riqueza, a produção de café.

Assim, enquanto para Lorena, em 1854, o Brigadeiro Machado acusou uma produção de 125.000 arrôbas de café, Olímpio Catão calcula para 1881 uma produção de 70.000 arrôbas (53),

(47). — Offícios de 28-12-1883, 30-1-1884 e 29-7-1884.

(48). — Offício de 2-10-1887.

(49). — Ata de 30-1-1884.

(50). — Ata de 1-7-1885.

(51). — Atas de 4-6-1887 e 17-9-1888.

(52). — Offício de 14-1-1886.

(53). — O. Catão, *op. cit.*, pág. 9.

que descem seis anos depois, em 1887, para 50.000 (54), isto é, em 33 anos perdeu 3/5 do total, com tendência para completo desaparecimento, nesta queda vertiginosa.

E nem poderia ser de outra forma. Cultivado no fraco solo de salmourão dos morros cristalinos, orgulhosamente alinhados pelos fazendeiros seguindo as linhas de maior declividade, exigindo limpeza constante, deixando a terra nua, os cafêzais eram o reino absoluto da erosão, com suas partes nobres carregadas para a várzea do Paraíba pelas chuvas pesadas do verão tropical, afogando o rio e seus afluentes com a massa imensa de alúvio e escalvando os mamelões com os sulcos das enxurradas.

Se a êste quadro trágico de uma cultura errôneamente praticada, acrescentarmos o envelhecimento progressivo dos cafeeiros, teremos a explicação da baixa produtividade, que chegou a cair a 20 arrôbas por mil pés, como afirma o Dr. Rodrigues de Azevedo (55), enquanto nas “terras rôxas” do norte e oeste paulista alcançavam até 98 arrôbas por mil pés, com média sempre acima de 60 (56) .

Era a decadência inapelável, seguida pelo seu cortêjo de desemprego, de empobrecimento e de fuga. Os brancos pobres, agregados, meeiros, trabalhadores livres, foram os que primeiro sentiram na carne, e, como início de uma emigração para o “Oeste”, abandonaram a zona rural, buscando a cidade, onde criaram uma situação difícil, de que o seguinte ofício, dirigido ao Presidente da Província, a 30 de janeiro de 1885, dá bem uma idéia:

“A Câmara Municipal desta cidade vem à presença de V. Excia. pedir providências relativamente ao número de praças policiais destacadas neste lugar, isto porque, Exmo. Sr., esta cidade populosa como é e ainda mais existindo nela capitalistas, comerciantes e fazendeiros, vê-se ameaçada de um momento para outro de ser atacada pelo grande número de vagabundos que últimamente tem aparecido nesta cidade e município, além de uma malta de meninos vadios que passam o dia e a noite na maior ociosidade, ora jogando e ora servindo do anzol para pescaria, quando não lhes dá para quebrarem os vidros da iluminação. Êstes meninos, Exmo. Sr., bem podiam ser aproveitados quer no Exército, quer na Marinha, rece-

---

(54). — Ofício de 23-4-1887.

(55). — Aroldo de Azevedo, *Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália*, in “Revista de História”, n.º 10, pág. 419.

(56). — Pierre Monbeig, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, Librairie Armand Colin, Paris, 1952, pág. 153.

bendo ali uma educação que mais tarde poderá servir a sua família, ao passo que, no caso presente, caminham para uma perdição certa”.

Numa conjuntura tão difícil para a agricultura do Vale do Paraíba, é que se avolumou a onda do abolicionismo, que escachoou no 13 de maio. A Câmara Municipal de Lorena, constituída em sua maior parte de fazendeiros, reagiu, enquanto pôde, à libertação dos escravos, que no município alcançavam, em julho de 1881, o total elevado de 3.275, sendo 1.970 homens e 1.305 mulheres, segundo Olímpio Catão (57), que deveriam corresponder a cêrca de 3.000 contos de réis. Não eram suficientes, todavia, em quantidade.

“Estou atarefado com a colheita do café — poucos braços e café a cair”,

escrevia o Dr. Rodrigues de Azevedo (58), que possuía 74. Para muitos era o que restava de uma antiga grande fortuna, já que as terras depauperadas quase nada mais valiam.

Por isto, a Câmara aplaudiu os votos contrários dos deputados à Assembléia Geral, conselheiros Paulino José Soares de Souza e Antônio Moreira de Barros, enviando-lhes em 31 de julho de 1884, longo mas convincente ofício, que bem revela a posição dos fazendeiros lorenenses:

“A Câmara Municipal da Cidade de Lorena, Província de São Paulo, julgando-se intérprete fiel dos sentimentos e idéias de seus munícipes, vem respeitosamente a presença de V. V. Excias. depositar um voto de louvor pelo valoroso procedimento que tiveram, votando contra o projeto anárquico e subversivo da ordem e economia social, apresentado pelo Govêrno em a tormentosa questão do elemento servil. A Câmara, tendo consciência de que essa idéia não parte do povo e nem é filha da soberania nacional, não pode quedar-se diante a pretensão que se manifesta de tudo desorganizar na sociedade, sob o pretexto de que a propriedade escrava é contrária ao direito natural: seria contribuir para violar-se a Constituição e mais leis do País, que garantiram a plenitude do direito de propriedade sem distinção desta ou daquela. Senhores: — Atacar de frente uma propriedade legitimamente adquirida a sombra e com a proteção das Leis — fruto do trabalho de longos anos, sem que se in-

(57). — Olímpio Catão, *op. cit.*, pág. 35.

(58). — Aroldo de Azevedo, Doutor Rodrigues, Barão de Santa Eulália, in “Revista de História”, n.º 10, pág. 419.

denize o possuidor que dela se serve e a adquiriu na boa fé acreditando na sinceridade das Leis do País, que garantiam-na — é uma violência de tal ordem, que escapa de qualquer qualificação e não é pois lícito a pessoa alguma amante do seu País, do seu futuro e da harmonia econômica que o deve presidir, a consentir que se o faça sem um protesto; e esta Câmara, que sabe medir o alcance do ato praticado por V. V. Excias. e compreender a crítica posição em que se collocaram em tal emergência — toma a liberdade de vir hoje dar-lhes um voto de louvor e de benemerência pública por essa resistência legal e pedir que continuem nesse patriótico intento. A questão do elemento servil, Exmos. Srs., não pode ser resolvida de chofre, sem que se desorganize todo o mecanismo social, que sôbre ela descansa: — é uma questão complexa que para a sua solução depende de medidas antecedentes e auxiliares, concomitantes e posteriores, ao alcance de todos vós que conheceis o estado do País e de sua lavoura. Dignem-se, pois, V. V. Excias, de aceitar o voto de louvor desta Câmara por um tal procedimento como chefes dos dois partidos políticos no País e que ligados deram um louvável exemplo de heroísmo e patriotismo — e transmitir aos dignos correligionários que os acompanharam ou igualmente assim procederam as felicitações desta Câmara — estremecida e reconhecida e tão distintos quão patrióticos deputados à Assembléa Geral” (59).

Em novembro de 1884, novamente a Câmara se dirige ao Conselheiro Moreira de Barros, felicitando-o pela reeleição pelo 2.º Distrito, que teria valido, segundo ela, por

“uma consagração de seu elevado mérito” e que lhe permitiria “cobrar nôvo alento para, com inexcedível energia, de que já deu eloqüentes e solenes provas, continuar a servir a causa da lavoura, que é também a causa da Pátria” (60).

A 4 de dezembro, a Câmara se congratula com o deputado a Assembléa Geral, eleito pelo Distrito e o conclama a honrar as

“idéias anti-abolicionistas com as quais apresentou-se ao corpo eleitoral e há de pôr ao serviço da causa da la-

---

(59). — O “exemplo de heroísmo e patriotismo” foi a renúncia de Moreira de Barros à Presidência da Assembléa Geral, porque, opondo-se ao projeto dos sexagenários, sentiu-se desprestigiado por sua apresentação pelo Gabinete Dantas. Era o “veto” de São Paulo, que collocava a Questão Abolicionista acima dos partidos políticos.

(60). — Officio sem data (novembro de 1884).

voura, a que pertence, as luzes de seu talento e a energia de sua vontade” (61).

Em janeiro de 1885, dirige ao Dr. Rodrigo Silva, Conselheiro Duarte de Azevedo e Dr. Antônio Prado, a cada um em particular, o seguinte ofício:

“A Câmara Municipal desta Cidade, que tanto aplaudiu a eleição de V. Excia. para Deputado a Assembléia Geral, espera que V. Excia., como representante da Nação, saberá corresponder a expectativa que todos nós esperamos, resistindo ao abolicionismo e conseqüente desorganização do trabalho que o Govêrno pretende fazer triunfar com a adoção do seu projeto de Lei sôbre o estado do elemento servil. Esta Câmara sente verdadeiro júbilo, vindo nesta ocasião felicitar a V. Excia. pelo triunfo da sua eleição e tranqüila espera que V. Excia. com a inteligência que dispõe, dar nossa esperança de sermos acolhidos, com os direitos que nos assiste aquilo que a Lei nos facultou” (62).

Nesse mesmo mês de janeiro de 1885, aparece em ata a última manifestação escravocrata. Aprovou-se uma indicação ao Presidente da Província, para que intercedesse junto à Assembléia Provincial, no sentido de revogação da lei que obrigava os fazendeiros a pagar 3\$000 por escravo (63).

A partir de 1886, com a eleição de novos vereadores, presididos pelo Barão da Bocaina, a Câmara assistiu calada o evoluir da campanha abolicionista, percebendo sua impotência ante o movimento, porque viam todos que a agitação tinha o ba-fêjo do trono, que não queria aceitar a idéia de abolição com indenização, com o sofisma de que o trabalho escravo não era compensador para o fazendeiro. O Dr. Rodrigues de Azevedo, em carta ao Conselheiro Rodrigues Alves, responde a isto, dizendo que se

“acham que presentemente o trabalho escravo já não remunera o produtor, e que é um ônus para os que dêle se utilizam, que libertem os seus os que assim pensam, independente de Lei — mas não venham obrigar aos que de modo contrário e por necessidade divergem de semelhante inteligência, a terem igual procedimento”. E no final da carta: “tenho me estendido demais, como se fôra escravocrata” (64).

(61). — Ofício de 4-12-1884.

(62). — Ofício de 30-1-1885.

(63). — Ofício de 20-1-1885.

(64). — Aroldo de Azevedo, *Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália*, cit., pág. 419.

Não o era, realmente, tanto que no Natal de 1887 reuniu seus escravos e prometeu-lhes alforria plena no Natal do ano seguinte. Era, isto sim, a necessidade, o gigantesco empate de capital, como tantos fazendeiros.

Quando da visita do Imperador, em setembro de 1886, quiseram os vereadores obsequiá-lo e criaram um Livro de Ouro, para a manumissão de escravos, organizando-se uma Comissão para angariar donativos, que permitissem a libertação de dois, cujas cartas de alforria seriam entregues pelo próprio soberano. Era a rendição incondicional da Câmara...

Parece que o Livro de Ouro não teve o resultado esperado, pois em abril de 1887 foi apresentada a seguinte indicação:

“Considerando que na atualidade a questão momentosa do Império é a extinção da escravidão; considerando mais que esta Câmara deve contribuir na proporção das suas forças para conseguir-se êste objetivo, Indico que esta Câmara tribute a todos os escravos importados neste município, desta data em diante, a pagar cada um 100\$000, solicitando-se da Presidência da Província a aprovação provisória dêste impôsto. Execute-se: 1.º — Os obtidos por herança; 2.º — Os que forem adjudicados judicialmente; 3.º — Os que se empregarem na lavoura em terras havidas por aquisição de seus senhores. E tendo esta Câmara um Livro de Ouro, seja êste tributo exclusivamente aplicado para o fim indicado no mesmo livro” (65).

Tal indicação foi aprovada com um único voto contrário.

A partir do final de 1887, a escravidão desapareceu como instituto organizado. Livro de Ouro para manumissões, alforrias espontâneas, fugas generalizadas, praticamente liquídaram o cativo. Os do Dr. Rodrigues de Azevedo fugiram todos, apesar da promessa de alforria sem condição alguma (66). O mesmo deve ter acontecido com outros fazendeiros, com maior razão até, uma vez que o Barão de Santa Eulália era exemplo de senhor bondoso de escravos, segundo a tradição conservada na cidade.

Assim, o impacto da Lei Aurea não foi tão brutal quanto deveria ser e a Câmara, reunida em sessão extraordinária a 16 de maio,

\*para congratular-se com o faustoso acontecimento da extinção da escravidão no Brasil”,

(65). — Ata de 22-4-1887.

(66). — Aroldo de Azevedo, *Última etapa...*, cit., pág. 419.

nomeou uma comissão (Conselheiro Dantas, Afonso Celso e Joaquim Nabuco) para levar à Princesa Regente a sua adesão

“ao grande júbilo de que deve estar possuída esta *Excelsa Princesa*, pelo triunfo da grande idéia, que marcou para o Brasil — a era da Liberdade”,

aprovando ainda um

“Voto de gratidão aos denodados brasileiros que, no grandioso dia 13 de maio de 1888, abriram na história pátria com áurea pena e caloroso amor patriótico, o imortal título — Brasil livre” (67).

\*

### A ENTRADA DO IMIGRANTE.

A libertação dos escravos foi o fim da grande lavoura e dos latifúndios, pois nêles não caberia o trabalho livre. Os cafezais esgotados, assentados numa estrutura rigidamente patriarcal, repeliam, por impossível a mão-de-obra assalariada, principalmente a do imigrante. Isto mesmo pensavam os fazendeiros e somente argumentavam em termos de imigração para culturas outras, em terras devolutas, onde poderia ser criada nova estrutura.

E Lorena possuía outro produto, cuja cultura também era tradicional, em condições de substituir o café, embora em outras áreas. Tratava-se da cana de açúcar. Realmente, Lorena produziu açúcar e aguardente antes, durante e depois da passagem do café por seu município.

Na obra do Marechal Müller, a principal atividade agrícola anotada era a cultura canavieira, existindo 9 engenhos de açúcar, produzindo 1.000 arrôbas e 74 destilarias de aguardente (68). Em 1854, já em pleno desenvolvimento da cultura do café, a produção do açúcar ainda assim subiu para 2.600 arrôbas (69), formando, com o tabaco, a trindade de maior importância econômica. Quando os primeiros sintomas do declínio cafeeiro foram se delineando, com certa nitidez, em meados da década de 70, os fazendeiros mais prudentes, ou menos com-

---

(67). — Ata de 16-5-1888.

(68). — Marechal Daniel P. Müller, *Ensaio de um quadro estatístico da Província de São Paulo*, reed. lit., São Paulo, 1923, pág. 241.

(69). — Aroldo de Azevedo, *Aspectos da Lorena Imperial*, São Paulo, 1954, pág. 7

prometidos financeiramente com o café, voltaram-se para a cana e a cultura vai readquirindo o prestígio que perdera.

E' assim que se explica o officio de 4 de julho de 1881, solicitando ao Ministro da Agricultura mudas de cana "kavan-gira" (70) para, diz o officio,

"levantar, neste município, a Lavoura do marasmo e do abatimento em que se acha", para resolver "a aflitiva e medonha crise que cada vez mais tenta assoberbá-la".

A "medonha crise" — expressão que aparece muitas vezes nas atas e officios desta época — era a baixa do preço do café, numa das flutuações típicas dos preços dos produtos tropicais de exportação, que os cafèzais da "terra rôxa" suportavam galhardamente, mercê da alta rentabilidade, enquanto os velhos gemiam a qualquer oscilação do mercado comprador.

A solicitação de mudas era também fruto da organização da companhia que ia construir o Engenho Central. Os capitais para o empreendimento, recrutados totalmente em Lorena, alcançavam 500 contos de réis e tinham a garantia de juros de 7%, concedida pelo Govêrno Imperial. A inauguração de um engenho moderníssimo para a época, com os aparelhos e maquinismos construídos na França, colocou imediatamente o problema de cana para as moendas, apesar da aquisição de terras para o plantio, da construção de uma pequena estrada de ferro (71) e de dois vapores navegando pelo Paraíba, trazendo lenha e cana.

Daí, o interêsse pela enorme várzea do Paraíba, conhecida como "Brejão", que permanecia completamente desaproveitada, pertencente ao Govêrno Imperial. Poderia ser cultivada por imigrantes, produzindo cana para o Engenho, desde que lá se organizasse um núcleo de colonização.

Por isto, em abril de 1884, a Câmara enviou logo officio à Sociedade Central de Imigração, solicitando voltasse suas atenções para

"êste Município, cujas terras de incontestável feracidade e ameno clima, oferecem aos imigrantes excelente colocação, servidas como são pela Estrada de Ferro de São Paulo ao Rio de Janeiro e pela navegação fluvial do

---

(70). — Também por Officio de 16-6-1882 solicitou-se ao Presidente da Província sementes de quina, trigo e arroz, além de variedades de cana não conhecidas.

(71). — Pretendia-se que a ferrovia fôsse até Piquete. Officio de janeiro de 1885.



Rio Paraíba. Entre essas terras — ao lado do Engenho Central, prestes a inaugurar-se para o fabrico de açúcar, compreendido entre esta cidade e a Vila da Bocaina, das quais não chegam a distar 6 km, conta o município longo trato de terreno devoluto de propriedade nacional, adaptada em sua maior parte para o plantio de cana, sobreprestando-se para o cultivo de cereais. E que... está a pedir que a mão vigorosa do imigrante arroteie e explore, para proporcionar-lhe larga retribuição do seu trabalho, maximé quando o consumidor, o Engenho Central de Lorena vae... pagar generosamente o produto que dêle pode sair — a cana de açúcar — a razão de 12\$000 o carro de 100 arrôbas. Para êste ponto dêste município, de preferência a qualquer outro, pois que pode ser obtido sem dispêndio, esta Câmara tem a honra de chamar a atenção de V. V. Excias., pedindo se dignem intervir perante o Govêrno Imperial para que sem demora seja colonizado, sendo dividido em lotes... os quais poderão ser adquiridos pelos imigrantes que certamente melhor colocação não poderão encontrar. Esta Câmara acredita que não se dirige em vão a V. V. Excias. e que ao contrário verá dentro em breve ocupada aquela área por grande número de famílias de imigrantes, que abençoarão aquêles que tal estabelecimento lhes fornecerem” (72).

O officio deu o resultado previsto, pois em julho a Câmara respondeu uma indagação do Presidente da Província sôbre existência de terrenos devolutos no município, naturalmente confirmando sua existência, fazendo nova e longa apologia do “Brejão” e lembrando que

“êsses terrenos estão provocando a cubiça de particulares” (73).

O Govêrno Provincial deve ter insistido com o Govêrno do Império, pois em fevereiro de 1885 a vigilante Câmara de Lorena dirigiu-se ao Ministro da Agricultura, para informar que desejava sua participação ativa nos trabalhos de

“colonização para o plantio de canas naquele terreno, o que sem dúvida virá contribuir para o engrandecimento dêste Município” (74),

trabalhos de que o Ministério fôra incumbido.

---

(72). — Officio de 1-4-1884.

(73). — Officio de 29-7-1884.

(74). — Officio de 28-2-1885.

A colônia foi realmente estabelecida, dividindo-se a área em 88 glebas de 2 1/4 alqueires cada uma (75), recebendo imigrantes do norte da Itália, principalmente e formando uma aldeia típica dos moldes europeus — o Distrito de Canas — ao que parece em 1885. A influência do imigrante aumentará na última década do século, principalmente na alimentação e na técnica de trabalho agrícola. Foi um imigrante que introduziu o primeiro arado no município (76). Em 1887, a produção do município todo atingiu 400.000 kg de açúcar e 150 tonéis de aguardente (77).

Além do Distrito de Canas, cultivavam a gramínea as fazendas da margem direita do Paraíba, quer nas colinas terciárias, quer na própria várzea, a montante da cidade, na zona do chamado "Pôrto Nôvo". Nestas três direções o Engenho construiu linha férrea, para o transporte de cana, complementada por dois vapores fluviais, que atracavam, por vêzes, no pôrto bem fronteiro à Matriz — o velho pôrto onde nasceu a cidade — antes do Paraíba mudar de leito definitivamente, pois já na cheia de 1887 abandonou o braço antigo, sendo necessário abrir uma vala para que as águas voltassem (78).

A cana de açúcar, o Engenho Central e o imigrante ligarão esta fase brilhante da vida urbana ao período de depressão das décadas seguintes e ajudarão a explicar porque Lorena não foi uma "cidade morta".

#### JOSE' GERALDO EVANGELISTA

---

(75). — Gama Rodrigues, *Gens Lorenensis*, cit., pág. 105.

(76). — Gama Rodrigues, *Gens Lorenensis*, cit., pág. 106.

(77). — Ofício de 23-4-1887.

(78). — Ata de 26-12-1887.